

# UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA OS POBRES\*

JUSSEMAR WEISS GONÇALVES\*\*

## RESUMO

O artigo busca explicar, a partir do modelo francês, o surgimento da educação para os pobres. Neste trabalho o autor revela a natureza dessa instrução voltada à população de miseráveis que começava a assustar a nascente burguesia.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação, pobres, instrução, democracia, filantropia, ensino.

A constituição do novo sujeito político que emerge a partir da Revolução, tendo como fundamento a igualdade civil e a liberdade política, legou ao século XIX a tarefa de implementar uma forma de governo que pudesse ser condizente com esse novo fundamento da arte política, tornando necessária uma nova arte de governo capaz de dar conta de uma vida política em que a igualdade se tornara a peça fundamental. Inegavelmente, a revolução social tornou inoperantes os velhos sistemas da arte política, já que eram sustentados pela hierarquia. A nova sociedade democrática moderna, mais complexa e anônima, exigia novas formas de ação e de responsabilidade. Isso significava construir instituições lá onde nada havia. Não apenas o novo sujeito político, mas também o sujeito trabalhador, necessitava da implementação de um processo educativo, capaz de torná-lo apto, tanto do ponto vista moral como técnico.

Na verdade, nesse período, o que se discute é a nova forma de relação entre a sociedade e o indivíduo, entre o público e o privado, entre o cidadão e o trabalhador. A igualdade de condições que marca essa nova arte política, denuncia a natureza das relações que a partir desse momento se articulam para fundar o novo espaço público

---

\* Este artigo compõe o projeto do autor para o Pós-Doutorado ora em curso, na Faculdade de Educação – UFRGS.

\*\* Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI-FURG; Doutor em História – UFRGS.

moderno, tendo como base o indivíduo, pensado como cidadão.

Nos inícios do século XIX a questão crucial que procura resolver uma grande parte de autores liberais é aquela das relações entre liberalismo e democracia. Seu objetivo é compreender as condições nas quais o ideal democrático de participação na coisa pública se volta contra as liberdades. Eles querem evitar que o cidadão pudesse de novo ser dissociado do indivíduo até a sua dissolução.<sup>1</sup>

Essa questão é totalmente nova e não aparece nos filósofos do século XVIII, como, por exemplo, Montesquieu ou mesmo Rousseau, já que eles não tinham sido confrontados com a radicalidade desta questão<sup>2</sup>. Essa radicalidade se anuncia pelo desenvolvimento dos acontecimentos revolucionários e, principalmente, pelos acontecimentos de 1793 (o terror), que provocaram uma interrogação fundamental sobre o sentido da idéia de democracia. Assim, o que o pensamento e a política liberal da primeira metade do século XIX pretendiam era "terminar a revolução, construir um governo representativo estável, estabelecer um regime que garantisse as liberdades, fundado sobre a razão".<sup>3</sup>

Nesse período a escola é submetida a uma guerra constante, a sobressaltos a cada alternância política, chegando a ponto de se reclamar que o Estado abandone qualquer pretensão quanto a sua organização.<sup>4</sup>

A situação é grave, conforme descreve Portalis, *grand maître de l'Université*:

As crianças vivem em uma ociosidade perigosa, e na vagabundagem, a mais alarmante. Eles não têm noção do que seja a divindade, a justiça e a injustiça, costumes bárbaros, um povo feroz. Se se compara a educação que existe com a que deveria existir, não se pode deixar de lamentar a sorte que ameaça as gerações futuras.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985. p.13-14.

<sup>2</sup> Sobre esta questão, ver também SCHNAPPER, Dominique. *Qu'est-ce que la citoyenneté*. Paris: Gallimard, 2000.

<sup>3</sup> Op. cit., p. 26.

<sup>4</sup> NIQUE, Christian. *Comment l'École devint une affaire d'Etat*. Paris: Nathan, 1990, p. 21.

<sup>5</sup> ZIND, Pierre. *Les Nouvelles Congrégations de frères enseignants en France (1800-1830)* Genis Laval, 1969, t. 1, p. 49. Trata-se de uma tese sobre o movimento de fundação durante a restauração (após 1815) de ordens religiosas voltadas para o ensino. Essa fundação em um momento tão específico se deve, de um lado, à urgente promoção do catolicismo em um meio que era largamente descristianizado, e, por outro lado, lutar contra o novo método pedagógico, o ensino mutual, promovido pelos liberais. Sobre o método mutual, ver nota n. 7.

As reformas da revolução, se elas ficaram sem grande efeito, ao menos fizeram emergir uma imagem nova da escola:

A escola se tornou a figura central dos poderes ilimitados da sociedade sobre a felicidade do indivíduo: no antigo regime, ela serviu para formar os cristãos, na nova ela deverá fazer os homens felizes e livres. A revolução multiplica, assim, ao infinito as ambições escolares da igreja, transformando sua finalidade. A escola se torna a criadora de valores democráticos.<sup>6</sup>

Essa nova mentalidade sobre a função e o lugar da educação na vida de cada um e na ordenação social produz uma reflexão pública e privada sobre o ensino, e, mais especificamente, o ensino popular, que se tornou intenso durante a restauração e a monarquia de julho.

Dessa forma, os trinta primeiros anos do século XIX foram de constantes revisões, mas serviram para determinar o papel do Estado na construção, administração e controle do sistema de educação e para clarificar a disputa que se abre entre Estado e Igreja pela direção da educação do povo. Mesmo no período de maior influência dos liberais, após a segunda abdicação de Napoleão, nota-se uma profunda participação do Estado, como fica claro na *ordennance* de 29 de fevereiro de 1816<sup>7</sup>. Apesar de um preâmbulo bem liberal que afirma

---

<sup>6</sup> FURET, F.; OZOUF, J. *Lire et écrire, l'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Minuit, 1977, p. 97.

<sup>7</sup> Esta *ordennance* é, na verdade, fruto do trabalho de um grupo ligado ao ensino baseado no *méthode mutuelle*, tradução francesa de *monitorial system*. Tendo como principal instigador o Barão de Gerando, o método mutual se estabelece na França como uma proposta liberal de educação, que não aceitava a participação do Estado na educação, como fica bem claro nas palavras de Benjamin Constant, publicadas no *Le Mercure de France* em 1817: "Eu creio muito mais no aperfeiçoamento da espécie humana através dos estabelecimentos particulares de educação que na instrução pública mais bem organizada pela autoridade". Apesar dessa fórmula liberal, os autores da *ordennance* (Gerando, Cuvier e Rendu) agiram de outra forma, pressionados pelos conflitos entre os partidários do método mutual das escolas de irmãos (Lassalistas) e das escolas rurais sob tutela dos padres, e pela necessidade de acelerar o desenvolvimento do método em toda a França. Nesse período, o método que dominava as práticas de ensino era o "individual", considerado pouco eficaz. O método mutual chega à França em 1815, através de Gerando, que apresenta um *rapport* intitulado "Les nouvelles écoles pour les pauvres à la Société d'Encouragement pour L'Industrie". O método consistia em colocar várias dezenas de alunos em uma mesma sala, divididos em grupos conforme o nível. Cada grupo era confiado a um monitor, que seguia as ordens de um mestre instalado em um estrado superior. O mestre transmitia, por meio dos monitores, as ordens aos alunos. Sobre o método mutual e os dois modos de ensinar, "o individual" e o "simultâneo", presentes nesse momento na França, ver NIQUE, C. *La Petite Doctrine pédagogique de la monarchie de Juillet* (1830-1840). Strasbourg, 1987; ou GIOLITTO, P. *Naissance de la pédagogie primaire*. Paris: Nathan, 1986. Ver também: BASTOS, M. Helena C.; FARIA,

encorajar a iniciativa privada, ele institui, na verdade, um sistema essencialmente nas mãos do Estado:

Dos quarenta e dois artigos que compõem a *ordennance*, apenas quatro dizem respeito à iniciativa privada e de associações que desejam fundar e manter escolas. Todos os outros artigos se referem a dispositivos que colocam a educação em mãos do Estado, direta ou indiretamente.<sup>8</sup>

A obrigação escolar é afirmada nesse texto fundamental. Mas, se ela não se impõe aos indivíduos (como queria Condorcet), ela se impõe à comuna, que deve “poder dar instrução a todas as crianças que habitam, e que as crianças indigentes recebam de graça”. O Estado, na opinião de Nique, quer o ensino primário e não hesita em impor ao país<sup>9</sup>. Essa decisão se manifesta de diversas maneiras: um comitê de vigilância fixa as condições para se tornar professor, fixa ou revoga métodos e regulamentos, emite diplomas, autoriza ou não professores a ensinar, em suma, o Estado, mesmo nesse período de domínio da política liberal, assume a parte do leão na organização e implementação de um sistema de educação.

## FILANTROPIA E EDUCAÇÃO

Nesse período, mesmo que houvesse uma ingerência do Estado, o que se nota na montagem de uma educação para o pobre é um completo domínio do movimento filantrópico, ordenado a partir da Société pour l'Amélioration de l'Enseignement Élémentaire (1815). Se olharmos de perto a lista do conselho de administração, aparecem algumas características: a primeira é claramente a inspiração filantrópica, isto é, uma vontade sempre afirmada de ajudar o pobre. Na primeira edição do *Journal d'Éducation*, uma notícia sobre a origem da Société designa os fundadores a partir de sua condição de filantropo. Os filantropos se tornam diretores e criadores de escolas primárias, e gozam na sociedade de um conceito positivo em função da aceitação que têm na sociedade seus trabalhos de ajuda e tutela dos pobres. Outra característica é a referência liberal, menos proclamada, mas tão importante, já que os seus membros se reconhecem como participantes do partido liberal ou da facção liberal, e se nota também a participação dos membros da Société no movimento mutualista, que, aliás, se torna o

---

Luciano (Org.). *A escola mutual elementar no Séc. XIX: o método monitorial mútuo*. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

<sup>8</sup> Op. cit., p. 23.

<sup>9</sup> Op. cit., p. 23.

método oficial nesse momento de nascimento de um sistema de educação. A terceira característica é a inserção institucional dos membros da sociedade no Estado. “Os membros mais ativos são freqüentemente agentes do Estado; eles exercem uma dominação do Estado, que fica clara na *ordennance* de 15 de agosto de 1815”.<sup>10</sup>

Esses membros criam a comissão de instrução pública, como também a de 29 de fevereiro de 1816, sendo, na verdade, o texto que funda a educação primária na França<sup>11</sup>, e cuja motivação se encontra na ação de filantropos como Gerando, Cuvier, Amboise Rendu, que acreditavam que o Estado deveria intervir na educação do povo. Assim, apoiados pelo Estado, apesar da oposição dos católicos e conservadores, eles implementam o método mutual nas escolas; por volta de 1818 a Société contará entre seus membros com alguns ministros.<sup>12</sup>

Na revista que a Société pour l'Instruction Élémentaire edita a partir de 1815, encontram-se de forma clara as posições típicas da filantropia. Em artigo do Duque de Rochefoucauld-Doudeauville, aparece em detalhe o “triste estado do povo que possui apenas sua qualidade de homem e que se encontra órfão moralmente, sobre o qual todo governo deve ter a obrigação de cuidar, proteger”<sup>13</sup>. Certamente o universalismo, que está no coração da filantropia, se expressa no método mutual, que pretende realizar a “educação de todos os homens, a massa inteira da sociedade humana”.<sup>14</sup>

A Revolução Francesa já tinha elaborado a noção de universalidade no sistema nacional de educação, a partir do comitê de instrução pública da convenção, e o que faz a Société é reclamar o direito dos pobres, e nesse sentido o ensino e sua generalização é indispensável, como uma demanda legítima do pobre. A educação é um bem ao qual todas as classes têm o direito de pretender.<sup>15</sup>

Esse movimento generalizou a expressão instrução popular<sup>16</sup>, na

---

<sup>10</sup> Essa comissão foi criada por Luis XVIII para substituir o Conselho da Universidade Imperial. A partir dessa *ordennance*, as questões escolares foram colocadas sob a autoridade do Ministério do Interior. Apenas em 1828 se colocará na direção da instrução pública um ministro secretário de Estado, nascendo, então, um ministério específico para a educação. Ver BUISSON, F. *Nouveau Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*. Paris, 1911, art. "Ministère de l'Instruction Publique".

<sup>11</sup> Conforme expressão de NIQUE, *Comment l'École devint une affaire d'Etat*, p. 21.

<sup>12</sup> JACQUOT-FRANCILLON, François. *Naissance de l'école du peuple: 1815-1870*. Paris: Les Éditions de L'Atelier, 1995. p. 59.

<sup>13</sup> *Journal d'Éducation*, t. 8, 1818, p. 6.

<sup>14</sup> Op. cit., t. 17, 1828, p. 24.

<sup>15</sup> Op. cit., t. 6, 1818, p. 311.

<sup>16</sup> Outros termos surgem tendo ligação com o tema da educação e com o método mutual: as bibliotecas populares, os almanaques populares e os livros ditos populares, usados

qual a palavra pobre se subsume na palavra povo, utilizando expressões como instrução do povo ou escola do povo, com que é substituída a expressão escola de caridade, revelando na época o caráter progressista desses discursos, sendo certo que os filantropos nunca foram além de uma postura moralista e tutelar, tendo como fundamento um ensino diferenciado conforme a classe social.

## INSTRUÇÃO DO POBRE

No contexto da idéia de instrução popular, esta se define complementarmente sobre um plano moral e sobre um plano político.

Sobre o plano moral, a instrução se destina à espécie humana. É inadmissível que um único indivíduo, enquanto ser sensível e inteligente, viva sem ser cultivado e desenvolvido. A educação primária é o meio de cultivar a dignidade do homem em todos os indivíduos. Esse aperfeiçoamento das faculdades humanas era, na verdade, uma forma de desenvolver aquilo que Deus deu a cada um de nós, já que a filantropia era uma versão da bondade divina em um mundo sem Deus<sup>17</sup>. Ela emana da comunidade dos homens, a partir de um trabalho educativo.

No plano político, a instrução se dirige

Às classes sociais e a princípio às classes laboriosas, às classes mais numerosas, às classes industriosas. A população é, assim, tratada através de categorias hierarquizantes, seguindo as noções habituais no pensamento econômico dos fisiocratas do século XVIII.<sup>18</sup>

A filantropia pensa o povo a partir da noção de classe; as classes do povo ou as classes inferiores, introduzindo povo enquanto plebe, depois existem as classes médias, e por fim as classes superiores, que são as primeiras<sup>19</sup>. Cada classe do povo tem uma necessidade específica e diferente em relação à sua formação, o que leva a uma

---

para alargar os horizontes das escolas primárias, pelos promotores do método mutual, que ofereciam conhecimentos elementares ou vulgarizados no domínio das ciências, das artes e das técnicas. Na verdade, para a filantropia, a noção popular é destituída de qualquer conotação política, muito menos de oposição. Se verificarmos as obras de Rui Barbosa que tratam da educação, o mesmo acontece em relação à noção de popular. Popular é o pobre para quem se olha com certa benevolência, quando se pensa alguma forma de educá-lo, afinal ele é humano e merece participar, mesmo que de forma limitada, na construção do progresso.

<sup>17</sup> Sobre a relação entre a filantropia e a providência divina, ver: HAMPSON, N. *Le Siècle des lumières*. Paris, 1972; MAUZI, R. *L'idée du bonheur dans la littérature et la pensée française au XVIII siècle*. Paris, 1960.

<sup>18</sup> JACQUOT-FRANCILLON, *Naissance de l'École du Peuple: 1815-1870*, p. 91.

<sup>19</sup> Encyclopédie Méthodique.

articulação na qual participa um esquema de ordem moral universalista com um esquema político educacional distinto<sup>20</sup>. O movimento filantrópico produziu projetos escolares, sendo mais conhecido o organizado a partir do método mutual, e que são muito diferentes dos produzidos pela Constituinte e pela Convenção, o pensamento revolucionário<sup>21</sup>. O primeiro é mais liberal e desigual que o segundo<sup>22</sup>.

O modelo educativo dos filantropos impõe saberes do conhecimento, no lugar dos saberes da espiritualidade, seguindo uma visão universalista, herdeira da época das Luzes: trata-se de tornar cada homem útil a si e à sociedade. A missão do saber é combater a credulidade e libertar da dependência. A utilidade da instrução é, em seguida, social e técnica, como atesta o grande sucesso dos cursos mutuais. A exigência da utilidade, da profissionalização, principalmente em seus inícios, o desenho linear, geométrico, é a grande especificidade das escolas mutuais elementares, como também dos cursos mutuais de adultos, que têm, por essa razão, grande sucesso entre a elite operária.

Ao ler vários programas de aula dos professores, constata-se que o papel instrumental da cultura escolar já se afirmava desde as primeiras décadas do século. O Inspetor Matter se orgulha de ter introduzido em uma escola de província:

O estudo da gramática, da geografia e do desenho linear (geométrico); e mesmo de ter aberto um curso de desenho realmente aplicado aos trabalhos dos jovens aprendizes, depois um curso de música “para os jovens das classes necessitadas” e enfim um curso de redação de cartas.<sup>23</sup>

Estas práticas do movimento filantrópico se apoiam em uma ideologia escolar na qual a educação, além de seu papel de imposição moral, deveria, também, se tornar uma força econômica. Esta ideologia aparece de forma clara no livro de L. P. De Jussieu<sup>24</sup>, Simon de Nantua ou Le Marchand de Forain, que ganha o prêmio, em 1818, oferecido pela Société ao melhor livro para o uso dos habitantes das “villes et des campagnes”. Centrado em uma visão utilitarista, esse livro é o primeiro a colocar os princípios modernos da escola primária. Ele mostra uma

---

<sup>20</sup> JACQUOT-FRANCILLON, op. cit., p. 92.

<sup>21</sup> Sobre o pensamento revolucionário ver o livro de Dominique Julia, já citado.

<sup>22</sup> JACQUOT-FRANCILLON, op. cit., p. 92.

<sup>23</sup> MATTER, A. J. *L' instituteur primaire*, p. 104, apud JACQUOT-FRANCILLON, op. cit.

<sup>24</sup> L. P. De Jussieu era redator do *Journal d'Éducation* e autor de vários artigos anônimos. O livro citado é anterior a outro livro famoso, *Tour de la France par deux enfants*, de Madame Fouillée, cujo pseudônimo era G. Bruno, lançado no início da Terceira República. Apud JACQUOT-FRANCILLON, op. cit.

representação ideal do “Instituteur” que pretende expor seu saber nas ruas e nas praças, lá onde as pessoas se reúnem, sempre em lugares de grande visibilidade e intensa sociabilidade. Simon não construiu seu saber em segredo como as pessoas da Igreja; ele aspira relações abertas, pois seu modelo de instrução se volta ao mundo vivo do qual emana. É exatamente essa articulação harmoniosa, preestabelecida do saber e do mundo, que define a categoria de utilidade através do homem instruído. Dessa forma, De Jussieu assinala claramente um parâmetro educativo que abandona o paradigma religioso.

A educação para os pobres estava presa a dois modelos educativos: a escola mutual da qual falamos e o modelo das escolas cristãs. Esses dois modelos revelam uma oposição entre duas formas de educar. As escolas cristãs se fundam nos saberes da espiritualidade, e o modelo da escola mutual, como já vimos, tinha como base um conhecimento voltado para a vida moderna, isto é, um conhecimento capaz de tornar o homem livre e útil à sociedade. Na realidade, esse conflito se inscreve ao longo tempo no campo escolar e não depende unicamente da rivalidade entre os grupos de dominação do Estado e da Igreja. Ele existe em germe nas primeiras formas de ensino dos pobres no século XVI e XVII, a partir do momento em que se articulam uma imposição dogmática e uma formação profissional, que penetrará todo o século XIX. Entre os dois modelos educativos, a diferença radical se situa na opção religiosa vinculada a um ideal de verdade, enquanto a opção laica atualiza um ideal social (social – técnico e social – moral) indexado a um valor de utilidade. A boa fé dos filantropos radicalizou esse antigo conflito.

Os filantropos não buscam nenhum tipo de igualitarismo, nem procuram nivelar as condições sociais; o que eles querem é apropriar o ensino primário às necessidades das classes existentes, o que pode ser entendido como adaptar ou como limitar as ambições.

O que se pode notar, de forma clara, é uma aproximação desse movimento com uma visão social sustentada pela hierarquia e articulada por uma noção de necessidade específica de cada classe em relação à sua formação, o que os aproxima de Guizot, apesar de este ter evitado a influência da filantropia no sistema de ensino por ele desenvolvido, como veremos mais adiante. Estão longe de Condorcet, pois não têm nenhuma preocupação em superar a subordinação e tornar real a igualdade política por meio de um processo educativo, configurando uma razão popular.

Filantropia e educação: tal era a fórmula mágica, que, com contradição no seio da burguesia, se desenvolve na primeira metade do século XIX. Para Charlot, filantropia e educação têm o mesmo objetivo:

diminuir o humor vagabundo dos trabalhadores e propagar a ordem e a disciplina na economia.<sup>25</sup>

Na verdade, existia uma simbiose entre a educação e o movimento filantrópico, não apenas porque os mesmos homens estavam nos dois lados, mas porque as propostas do ideário da filantropia se tornaram, no período da restauração 1815-1830, políticas para a implementação de um sistema de educação para o povo. Homens como Gerando, introdutor do método mutual na França, o Duque Rochefoucauld-Liancourt, “verdadeiro homem-orquestra da filantropia, fundador de *l'école* Liancourt, antepassado das escolas de artes e ofícios”<sup>26</sup>, entre outros, representam um momento no qual se estabelece uma verdadeira luta pela definição de estruturas políticas; natureza da soberania, do regime político e da prática da cidadania, sufrágio e instituições que levassem a efeito o mundo moderno burguês, no qual começam a se desenvolver a grande indústria e o proletariado.

Nesse sentido, observa-se que, embora a Revolução Francesa tenha criado um modelo de sociedade regulada pela pedagogia, como elemento central na arte política, voltada à constituição da cidadania, as ações de natureza político-educativa ficavam a meio termo entre uma visão francamente subordinadora da educação para o pobre e um universalismo que mistura providência divina e bondade humana. Estamos longe da execução de uma educação para a cidadania voltada à criação de uma nova sociabilidade, e o que domina, em matéria de educação para o pobre, é, ainda, influenciado pela objeção conservadora de que uma educação expandida, uma educação primária universal, é pura fantasia e não merece encorajamento legal, conforme pensava Guizot<sup>27</sup>, ou então, que o alargamento da educação para o povo poderia ser um dos piores fermentos para a desordem e para a Revolução.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> CHARLOT, Bernard; FIGEAT, Madeleine. *Histoire de la formation des ouvriers: 1789-1984*. Paris: Minerve, 1985, p. 91.

<sup>26</sup> Op. cit., p. 91.

<sup>27</sup> GUIZOT, F. *Mémoire pour servir à l'histoire de mon temps*. 2. ed. Paris: Michel-Lévy et Frère, 1860, t. 3, p. 66-67.

<sup>28</sup> JACQUOT-FRANCILLON, op. cit., p. 91.

